Acervo ISA

Documentação
Fonte JT (Editoriais)
Data 06/11/2001 Pg 3A
Class. 77

Fiasco ambiental

Quem "denunciou" o Protocolo de Kyoto foi George Bush – e por isso o execraram. Mas quem é que trata de cumpri-lo?

Em 2002, dez anos após a ECO-92, o Brasil levará à Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), na África do Sul, um relatório lastimável de desempenho ambiental. Entre 1992 e 2000, segundo o Fundo Mundial para a Natureza, o ritmo do desmatamento anual da Amazônia aumentou 44%. Só de 1999 para 2000 o número de quilômetros quadrados derrubados por ano cresceu 15%. Há nove anos, conforme o Ministério do Meio Ambiente, nossos carros emitiam 3,9 milhões de toneladas de monóxido de carbono; em 1999, soltaram 4,8 milhões de toneladas no ar que respiramos. Em 1992, 5,1 milhões de quilos de lixo eram jogados por ano em nossos rios; e este ano já foram 6,5 milhões...

Mesmo assim, há ambientalistas brasileiros que acham que há motivos para comemorações. Rubens Born, que fala pelo Fórum Brasileiro das ONGs, por exemplo, acha que houve nesse período "muitas medidas positivas no campo normativo e de fiscalização", citando como exemplos a Lei de Crimes Ambientais, a do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a dos Comitês das Bacias Hidrográficas. O ambientalista reconhece, contudo, que "os avanços no campo normativo não evoluíram numa prática verde".

É precisamente este o ponto para o qual temos procurado chamar a atenção das organizações não-governamentais brasileiras. Não é multiplicando o número de leis – especialmente de leis para fechar, excluir ou proibir o acesso ou uso da natureza íntegra, como são nossas leis ambientais – que se conseguirá mudar a equação da conservação da natureza no Brasil. A primeira lei do gênero em nossa História, ainda muito mais drástica que a atual Lei de Crimes Ambientais, pois que prescrevia pena de morte para os infratores, é de 1605 e proibia o corte do pau-brasil. Sobre sua eficácia, nos dá testemunho veemente a inexistência de um exemplar que seja de pau-brasil remanescente na Mata Atlântica brasileira.

O problema dessa e de todas as leis ambientais que se seguiram é que, na velha tradição do autoritarismo ibérico, católico e contra-reformista, elas são feitas sem levar em conta a realidade da natureza humana ou, até, na expectativa de revogá-la. O desvio na relação do brasileiro com o meio ambiente responde a dois impulsos fundamentais: um econômico e outro cultural. A floresta sempre foi vista pelo conquistador e pelo colono como o limite além do qual não podia avançar a prosperidade. Era preciso derrubá-la para aumentar o espaço do desenvolvimento (e para financiá-lo). Era, também, a inóspita morada das feras, onde o homem não podia entrar. Quando nossas ONGs se dedicarem a levar crianças para conhecer a floresta e viver parte de seu processo de descoberta da vida nesses ambientes, como se faz, como parte da educação pública, em todo o mundo, e nossas leis ambientais incentivarem as atividades econômicas que dependem da conservação da natureza, como caça e pesca, entre outras, em vez de simplesmente proibirem irrealisticamente as demais, tudo isso começará a mudar, como já mudou no resto do mundo.

> Só quando nossas leis ambientais incentivarem atividades que dependam de conservação da natureza, ela deixará de ser devastada como está sendo hoje